

CENTRO HISTÓRICO DE BAGÉ

Matriz Indicativa de Proteção Estadual

IDENTIFICAÇÃO DO BEM E INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO

Campo	Informação
Município	Bagé
Endereço	Centro Histórico
Proprietário atual	Vários
Natureza da proteção	Tombamento estadual de centro histórico
Ato de tombamento	Portaria nº 62/12, de 05/12/2012
Processo de tombamento	1351-11.00/11-8
Livro do Tombo	Livro do Tombo Histórico
Inscrição no Livro do Tombo	nº 116
Data de inscrição no Livro do Tombo	06/12/2013
Publicação no DOE	10/12/2012
Ato de entorno	Portaria nº 62/12, de 05/12/2012

INFORMAÇÕES HISTÓRICAS

O Centro Histórico de Bagé é constituído por um tecido urbano que testemunhou disputas territoriais fundamentais na formação do Rio Grande do Sul, tendo em vista o carácter fronteiriço do território.

O tombamento do Centro Histórico de Bagé é resultado de um processo técnico-científico amadurecido ao longo de anos de pesquisa. A delimitação dos 101 quarteirões como área protegida dentro da poligonal de tombamento se fundamenta em um inventário que seguiu as diretrizes metodológicas do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão-SICG do Iphan.

O inventário qualifica o conhecimento técnico sobre o tecido urbano, o que fundamenta o mapa de zoneamento do centro histórico aplicado ao planejamento urbano. Portanto, a proteção estatal é resultado de um diagnóstico técnico que identificou a excepcionalidade do conjunto paisagístico bageense, conferindo ao ato administrativo a necessária legitimidade científica.

O levantamento cadastral efetuado pelo Iphan e Iphae identificou a evolução do tecido urbano de Bagé em quatro momentos morfológicos distintos:

- 1º Loteamento (década de 1820): Corresponde ao núcleo formador original (24 quarteirões) estruturado ao redor da Praça Carlos Teles e da Igreja Matriz de São Sebastião. Caracteriza-se por vias estreitas, reticuladas e sem arborização central.
- 2º Loteamento (meados do séc. XIX): Primeira expansão para norte e oeste (Rua Preto Caxias, Rodrigues Lima, 20 de Setembro, Tiradentes), consolidando os eixos da Av. Sete de Setembro e

Barão do Amazonas, com ruas mais largas e canteiros centrais arborizados.

- 3º Loteamento (início do séc. XX): Expansão associada à chegada da Estrada de Ferro em 1884, articulando os espaços públicos das praças Silveira Martins, Júlio de Castilhos, Barão do Rio Branco e Carlos Gomes.
- 4º Loteamento (década de 1930): Transposição do Arroio Bagé e expansão rumo às antigas charqueadas (San Martim, Santa Teresa e São Domingos), mantendo a matriz ortogonal sobre a topografia dos cerros.

A caracterização físico-espacial realizada pela equipe técnica no perímetro tombado (101 quarteirões) revelou uma paisagem urbana homogênea e altamente preservada:

Gabarito de Altura (Predominância)	Implantação no Lote	Linguagens Arquitetônicas
• 44,9% — 1 pavimento • 21,6% — 1 pav. antigo • 22,7% — 2 pavimentos (Total de 89,2% até 2 pavimentos)	• 82,3% — No alinhamento predial • 10,8% — Recuo lateral • 2,2% — Recuo frontal (Forte caráter de "rua corredor")	• 28,5% — Eclética Simplificada • 19,6% — Proto-Moderna • 2,4% — Eclética Histórica • 1,6% — Neocolonial

Ressalta-se que o inventário atendeu à mobilização social que reuniu mais de 700 assinaturas favoráveis à preservação do centro histórico por meio de abaixo-assinado, tendo, portanto, uma perspectiva horizontal.

As políticas públicas de preservação cultural em Bagé alinham-se às melhores práticas internacionais ao buscar a integração dos padrões de vida modernos sem sacrificar o testemunho histórico, entendendo que a preservação da identidade urbana é, em si, um fator de bem-estar social e valorização econômica duradoura.

OBJETO FORMAL DA SALVAGUARDA

A salvaguarda estadual incide sobre a totalidade do conjunto urbano, arquitetônico e paisagístico compreendido pela Poligonal de 22 Vértices (A a V) do Centro Histórico de Bagé. A proteção abrange:

- O Tecido Urbano Histórico: A malha viária ortogonal, o traçado dos loteamentos históricos, a volumetria homogênea e a relação contínua de alinhamento predial ("ruas corredor");
- O Acervo Arquitetônico: Edificações representativas das linguagens Luso-Brasileira, Eclética Histórica, Eclética Simplificada, Proto-Moderna, Neocolonial e Art Déco, incluindo ornamentos, cimalkas, platibandas e revestimentos em cimento penteado;
- Os Espaços Públicos e Paisagísticos: Canteiros centrais arborizados da Avenida Sete de Setembro, o conjunto de praças (Carlos Teles, Silveira Martins, Júlio de Castilhos, Dom Diogo de Souza, Marechal Floriano) e o sistema ambiental dos arroios Bagé e Gontam.

VALORES CULTURAIS MAPEADOS

- **Histórico:** testemunho vivo da formação e consolidação da Fronteira Meridional do Brasil. Cidade-palco de grandes confrontos platinos, da Revolução Farroupilha e do épico Cerco de Bagé na Revolução Federalista de 1893.

- **Arquitetônico:** excepcional coleção de arquitetura eclética e proto-moderna que expressa o apogeu econômico vindo da pecuária e das charqueadas. Destaque para o requinte dos mestres construtores italianos (como José Obino e Domingos Rocco).
- **Técnico-construtivo:** emprego erudito de alvenarias estruturais de tijolo, serralheria ornamental, elementos decorativos em massa, estruturas de ferro fundido importado (coretos e chafarizes) e o singular revestimento em cimento penteado.
- **Urbano/paisagístico:** rara integridade de malha reticulada contínua adaptada à topografia dos coxilhas e cerros. Notável articulação entre praças monumentais, canteiros centrais arborizados e perspectivas visuais em direção ao campo.
- **Social e cultural:** forte referência de identidade e pertencimento para a comunidade gaúcha e fronteiriça. Espaço de memória das lutas abolicionistas (Sociedade 28 de Setembro), da imprensa, do associativismo e da vida cultural bageense.

DIRETRIZES E PARÂMETROS PARA PRESERVAÇÃO

ATRIBUTOS INDICATIVOS RELACIONADOS À PRESERVAÇÃO

- Preservação do gabarito horizontal: manutenção da escala predominante de 1 a 2 pavimentos (altura máxima de 8,00 metros contados da soleira ao teto do 2º pavimento na Zona de Preservação Cultural - ZPC1), impedindo verticalizações que rompam o perfil horizontal da cidade;
- Alinhamento predial e volumetria: conservação da implantação contínua no alinhamento das calçadas, mantendo a caracterização morfológica da "rua corredor" e os pátios internos nos miolos dos quarteirões;
- Integridade das fachadas e revestimentos: preservação integral de vãos, esquadrias de madeira tipo guilhotina ou de abrir, platibandas vazadas, frontões, cimalkas e, especialmente, das superfícies em cimento penteado original;
- Proibição de descaracterizações: vedada a abertura desordenada de novos vãos garagísticos, a unificação ou desmembramento de lotes que alterem o ritmo das fachadas e a pintura de um mesmo prédio com cores conflitantes em frações autônomas;
- Manutenção do espaço viário e pavimentação: conservação do leito carroçável pavimentado em paralelepípedos de granito, das calçadas em pedra portuguesa e ladrilho hidráulico e da vegetação dos canteiros centrais da Av. Sete de Setembro;
- Controle de comunicação visual e anúncios: adequação de placas, engenhos publicitários e letreiros comerciais às normas específicas de controle de poluição visual estabelecidas para centros históricos.

ENTORNO DE PROTEÇÃO

Poligonal de 22 Vértices (A a V) enquadrando 101 quarteirões centrais e cerca de 2.620 edificações urbanas

NECESSIDADE DE APROVAÇÃO E ÓRGÃOS DE TUTELA

Conforme a legislação vigente e os termos da portaria de proteção, toda e qualquer proposta de intervenção, reforma ou projeto de restauro no Centro Histórico de Bagé deve ser previamente encaminhada para análise técnica e autorização expressa do órgão estadual de tutela do patrimônio histórico, atual Iphae.

NOTA DE CAUTELA E ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Esta matriz apresenta uma síntese indicativa das informações constantes do Processo de Tombamento nº 1351-11.00/11-8 e demais documentos oficiais de proteção do Centro Histórico de Bagé, tendo finalidade exclusivamente informativa e de orientação técnica. Este documento não substitui de nenhuma forma o ato de tombamento formal (Portaria nº 62/12), os pareceres técnicos oficiais do Iphae, plantas cadastrais, mapas, ou qualquer outra deliberação ou ato administrativo oficial aplicável pelos órgãos municipais e estaduais.